

## 1 **Ata da 2º Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos** 2 **Agrotóxicos**

3 Ao décimo quarto dia do mês de setembro de 2016, às 9h, na sede do Ministério Público  
4 do Estado do Tocantins, o Procurador de Justiça e Coordenador do Fórum Tocantinense  
5 de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, Dr. José Maria da Silva Júnior, após a  
6 confirmação do quorum (conforme lista de presença contida no Anexo I), deu início à  
7 segunda Reunião Ordinária do Fórum. Em seguida, deu boas vindas e agradeceu a  
8 presença de todos. Posteriormente, foi lida a pauta da reunião: 1) análise e aprovação da  
9 Ata da 1ª Reunião Ordinária; 2) informes da Coordenação; 3) palavra livre; 4) análise e  
10 aprovação do Plano de Trabalho, biênio 2016-2017 a ser apresentado pelas Comissões  
11 Temáticas 2 e 3; 5) análise da proposta de manifestação do Fórum quanto à pulverização  
12 aérea de zonas urbanas para fins de combate ao mosquito transmissor de doenças como  
13 Zika, Dengue e Chikungunya, conforme Lei 13.301/2016 e 6) encerramento. Colocada em  
14 apreciação, a Ata da 1ª Reunião Ordinária foi aprovada à unanimidade pelo plenário. Nos  
15 informes da coordenação, foi relatado que o Fórum do Tocantins fez muito desde sua  
16 criação em março de 2016, com a construção do Plano de Trabalho 2016 e 2017 e início  
17 da análise da legislação estadual sobre o tema. Foi informado também que em nível  
18 nacional houve a criação do Fórum do Estado do Amazonas, revitalização do Fórum de  
19 Pernambuco e início dos preparativos para a criação do Fórum do Estado de São Paulo. A  
20 Coordenação informou também que o Fórum recebeu um ofício da SESAU, contendo  
21 informações sobre as ações realizadas em Caseara pela vigilância em saúde do  
22 trabalhador, vigilância Ambiental e Vigilância Sanitária. O trabalho, segundo o  
23 Coordenador do Fórum, está bem elaborado e já foi encaminhado aos órgãos  
24 competentes para as devidas providências. Outra providência tomada é com relação ao  
25 pedido para integrar o Fórum encaminhado pelo o Comitê Contra os Agrotóxicos e pela  
26 Vida. Em consulta ao Regimento Interno do Fórum, o seu artigo 5º estipula que os  
27 componentes “são a sociedade civil organizada, instituições científicas, acadêmicos,  
28 órgãos e instituições governamentais e Ministério Público que tenham objetivo similares  
29 ao Fórum”, como o Comitê não tem CNPJ e não é sociedade civil organizada, ficou  
30 acordado que os integrantes do Comitê serão chamados a participar como convidados do  
31 Fórum e não como integrantes. A Coordenação também informou que os dados do Fórum  
32 já estão no site do MP, na página do Caoma, mas agora um link será inserido na página  
33 principal do MP remetendo à página do Caoma. Por fim, foi informado que a Coordenação  
34 do Fórum recebeu denúncia de que a pulverização aérea de agrotóxicos na região do  
35 Jalapão está afetando as abelhas e conseqüentemente os apicultores. A coordenação  
36 enviará a denúncia ao Naturatins para as devidas providências. Em seguida foi  
37 franqueada as palavra aos presentes e a representante do Conselho Indigenista  
38 Missionário (Cimi), Laudovina Aparecida Pereira, relatou que em todas as reuniões que o  
39 Cimi tem com a comunidade indígena, eles reclamam que a pulverização aérea está  
40 adoecendo a comunidade, trazendo gosto ruim para água, espantando os bichos e até as  
41 frutas não tem o mesmo gosto e o mel não é saudável. Os Krahô relatam que as  
42 embalagens de agrotóxicos são deixadas no solo e existe o risco de o produto correr para  
43 o rio. O Coordenador do Fórum, José Maria, disse que para o Ministério Público e o  
44 Judiciário atuar nessa área é fundamental que a prova seja consistente com laudo  
45 médico, laudo da qualidade da água, análise do local. O gargalo que temos, segundo ele,  
46 é justamente a fragilidade da prova. O ideal é que Adapec, Naturatins e Sesaú possam  
47 trabalhar em conjunto para verificar a procedência dessas reclamações dos indígenas  
48 para que possamos tomar as devidas providências. O representante do Ministério Público  
49 Federal (MPF), Vinícius Mesquita Rincon, disse que quando o MPF atuou em Campos  
50 Lindos para afunilar as provas de uso indevido de agrotóxico, constatou ser necessário  
51 conseguir a lista de produtos que o empreendimento utiliza para direcionar as análises de  
52 água e solo para o princípio ativo certo, isso evita realizar análises caras para uma

53 quantidade enorme de princípios ativos que não estarão presentes porque não eram eles  
54 utilizados naquela lavoura específica. Edna Soares, da Vigilância Ambiental da Sesau,  
55 explicou que ao constatar a presença de determinado produto no ambiente seja na água  
56 ou no solo faz-se onexo causal e verifica-se o risco de adoecer. Posteriormente desenha-  
57 se a ação em cima dessa constatação. Adriana Feitosa da Sesau sugeriu ao Cimi que  
58 faça um pedido formal de análise para a Secretaria da Saúde com o nome de municípios,  
59 localidades e sugestão de pontos de coleta de água porque já há recursos destinados  
60 para a análise de água de municípios considerados prioritários, como Campos Lindos,  
61 Goiatins e Itacajá. Gisele Akemi Carneiro, da Sesau, informou que existe uma parceria  
62 entre Unesp e o curso de Geografia da UFT para pesquisa na área de agrotóxicos.  
63 Sugere solicitar das Universidades dados de pesquisa na área de agrotóxicos. O  
64 Vigiágua, segundo a Sesau, realiza a análise de água de acordo com a portaria 2.914 do  
65 Ministério da Saúde, ou seja, analisa somente os 26 princípios ativos mencionados na  
66 referida portaria. Segundo Vinícius do MPF, existe Instrução Normativa, que proíbe  
67 pulverização aérea até 500 metros de manancial. Dalmácio do Ruraltins disse que não  
68 podemos focar somente no pós-uso, mas sim no trabalho de prevenção, com fiscalização  
69 e monitoramento, antes de termos o impacto na saúde. Dr. José Maria informa que o  
70 trabalho de prevenção está previsto no Plano de Trabalho do Fórum. Em seguida iniciou-  
71 se a apresentação do Plano de Trabalho 2016 -2017 da Comissão Temática 2 e da  
72 Comissão Temática 3. A plenária sugeriu pequenas alterações, que foram consideradas, e  
73 por fim o Plano de Trabalho foi aprovado e segue em anexo a esta Ata. Posteriormente foi  
74 informado que no dia 3 de dezembro é comemorado o Dia Mundial de Luta Contra o  
75 Agrotóxico. A sugestão é que o Fórum faça alguma ação de Educação Ambiental nesse  
76 dia, no entanto, não ficou definido o que será feito. Ficou acertado que os relatores das  
77 Comissões Temáticas farão uma apresentação do que foi implementado do Plano de  
78 Trabalho na próxima Reunião Ordinária, marcada para o dia 23 de novembro de 2016.  
79 Ficou acordado também que os convidados do Fórum serão acrescidos na lista de e-mail  
80 do Fórum e, por fim, ficou definido que os presentes farão contribuição à redação do  
81 documento sobre pulverização aérea sobre área urbana, a ser enviado à Secretaria de  
82 Saúde, até o dia 23 de setembro de 2016. Após essa data, não havendo contribuição, o  
83 documento será enviado ao Secretário da Saúde para providências. Nada mais havendo  
84 a ser tratado, a 2ª Reunião Ordinária foi encerrada, às 11h50 minutos, cuja ATA foi por  
85 mim, Marli Teresinha dos Santos, analista ministerial especializada do Ministério Público  
86 do Estado, redigida e assinada.